

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, bem como as publicações que tiverem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
 Anunciar-se todas as publicações literárias de que se reservarem na mesma imprensa deve acompanhar-se com três sellos.
 Anúncios por ano 10000
 Anúncios, por linha 10000
 Diária por semana 10000
 Omissões e correspondências, por linha 80
 Impressão especial, cada linha de quatro paginas 40
 Na publicação da obra de lei de 26 de Maio e regulamento de 7 de Agosto de 1910, sobre a lista de obras de arte por cada estado publicada no Diário de Governo

Suplemento

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º As contribuições, impostos directos e indirectos, e os demais rendimentos e recursos do Estado, constantes do mapa da receita, que faz parte da presente lei, avaliados na quantia de 75:864.214\$82, continuaram a ser cobradas na gerência de 1913-1914, em conformidade das disposições que regulam ou vierem a regular a respectiva arrecadação, applicando-se o seu produto às despesas legalmente autorizadas.

Art. 2.º São fixadas as despesas ordinárias e extraordinárias do Estado, na metrópole, para o ano económico de 1913-1914, na quantia de 74:915.327\$438, conforme o mapa da despesa, que faz parte desta lei.

Art. 3.º No Ministério das Finanças reservar-se há, no ano económico de 1913-1914, a quantia de 500:000\$00, que será exclusivamente applicavel a despesa com a reconstrução da marinha de guerra.

Art. 4.º Pela extincção do fundo do defeso naval, passam a constituir receitas do Estado, a partir de 1 de Junho de 1913, todas as que eram desse fundo, pelos decretos de 15 de Janeiro a 28 de Março de 1911.

Art. 5.º Continua-se ao económico de 1913-1914 a ser fixada em 20 centavos o preço da rapta e dinheiro, que tenha de ser abonada nos termos da legislação em vigor.

Art. 6.º A verba consignada no capitulo 11.º, artigo 50.º, do orçamento da despesa do Ministério das Finanças, para satisfação de emolumentos da contribuição do registro, só poderá ser liquidada e paga aos funcionários que a ela tiverem direito depois de arrecadada. Esta disposição é de execução permanente.

Art. 7.º Com o Orçamento publicar-se há, em apêndice, o cálculo dos valores das concessões do Estado, tais como: monopólios, emissão de notas, concessões de caminhos do ferro e outros.

Art. 8.º Esta lei entra em vigor immediatamente a sua publicação.

Art. 9.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1913. — *Mesmo Assento* Costa — *Rodrigo José Rodrigues* — *José Pereira Bastos* — *José de F. Antunes* — *Artur Macieira Júnior* — *Alves* — *Castor Rodrigues da Almeida Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Lei orçamental

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º As leis tercio a data da sua publicação entram em vigor em todo o continente, salvo declaração especial, no terreno da depois de publicadas, e suas libras adjacentes no decimo dia depois da partida do vapor que levar a participação oficial.

Art. 2.º É transferido para a Câmara Municipal de Lisboa, com o seu pessoal, material, edificios e dotação

orçamento do Ministério do Interior, em beneficio da Misericórdia do Porto.

Art. 4.º É autorizado o Governo a satisfazer, pelo emprestimo para hospitais, o deficit da corrente gerencia de 1912-1913 do Hospital de S. José e annos, e a remodelar os respectivos servicos e contabilidade de forma que, de futuro, se mantenha o perfeito equilibrio entre as receitas e as despesas dos hospitais civis do Estado.

§ 1.º O Governo poderá, para regularizar os debitos das câmaras municipais ao Hospital de S. José, cobrar as suas importâncias por desconto nos adicionais que pertencem ás mesmas câmaras.

§ 2.º Os debitos em estrano devendo ser cobrados no prazo de cinco annos, enviando as administrações dos hospitais á Secretaria Geral do Ministério das Finanças, no principio de cada mês e em relação a cada districto, uma nota da importância que cada câmara tenha de satisfazer em relação ao mês anterior.

Art. 5.º É o Governo autorizado a criar na Escola de Belas Artes de Lisboa as cadeiras de:

- 1.ª Matéria, compreendendo duas partes:
 - a) Trigonometria rectilínea, topografia, estereotomia;
 - b) Elementos de geometria analítica e mecânica.
- 2.ª Construções civis, compreendendo duas partes:
 - a) Resistência de materiais;
 - b) Estabilidade das construções e processos gerais de construir.

§ 1.º Os pu dicâções cada

§ 2.º Estas

Art. 6.º É

1.º A alarg

2.º A arca

3.º A assuz

4.º A depend

5.º Com a instalação do novo Ministério de Instrução Pública as verbas que para elle deveram passar do Ministério de Instrução e Sciencias por cada annos em

6.º A remodelar os servicos dos Museus de Arte Antiga, Contemporanea e dos Coches, contanto que o aumento de despesa não vá além de 5.000\$, sendo 3.000\$ para aquisição de obras de arte, e no beneficio e educa-

ção no Museu dos Coches de todos os carros que, tendo valor artistico, se encontram fora de ella.

6.º A increver, anualmente, no Orçamento Geral do Estado:

a) No Ministério das Finanças: — A quantia necessaria para juro e amortização do emprestimo de 150.000\$ já autorizado por lei para a construcção do Liceo do Porto, não podendo a respectiva anuidade exceder 10.000\$.

— A quantia precisa para juro e amortização do emprestimo de 110.000\$, destinado á construcção dum liceo central feminino na cidade de Lisboa, e mobília respectiva, não podendo a competente anuidade exceder 7.500\$.

— O subsidio mantido de 7.500\$ á Misericórdia do Porto, nos termos da lei de 27 de Junho de 1913.

Art. 7.º É o Governo autorizado a despezar no ano económico de 1913-1914 até a verba de 15.000\$ para organizar a Faculdade de Sciencias Economicas e Politicas da Universidade de Lisboa, a qual passará a denominar-se Faculdade dos Estados Sociais e de Direito.

§ 1.º Esta Faculdade terá um regulamento similar ao da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entrando no proximo anno lectivo em execução os tres primeiros annos de estudos.

§ 2.º Serão admittidos á matricula na nova Faculdade todos os alumnos que se encontrarem habilitados com os estudos axiliaes para a matricula em qualquer dos seus

RIDB

Revista do Instituto do Direito Brasileiro

Ano 2 (2013), nº 5

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Legenda da capa:

Lei Orçamental do Ministério do Interior de 30 de Julho de 1913, assinada por Manuel de Arriaga (Presidente do Ministério), Afonso Costa (Ministro das Finanças) e Rodrigo José Rodrigues (Ministro do Interior). Os seus arts. 7º e 8º dispõem:

Art. 7.º É o Governo autorizado a despende no ano económico de 1913-1914 até a verba de 15.000\$ para organizar a Faculdade de Ciências Económicas e Políticas da Universidade de Lisboa, a qual passará a denominar-se Faculdade dos Estudos Sociais e de Direito.

§ 1.º Esta Faculdade terá um regulamento similar ao da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entrando no próximo ano lectivo em execução os três primeiros anos de estudos.

§ 2.º Serão admitidos à matrícula na nova Faculdade todos os alunos que se encontrem habilitados com os estudos exigidos para a matrícula em qualquer dos três primeiros anos da nova reforma da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Art. 8.º Passarão para a Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa todas as cadeiras concernentes aos estudos nela professados e que se encontrarem dispersas pelos demais estabelecimentos superiores de ensino da capital.

CENTENÁRIO
1913 - 2013

FACULDADE
DE DIREITO



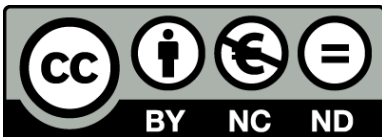
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Ficha Técnica

Revista do Instituto do Direito Brasileiro
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 LISBOA
PORTUGAL
<http://www.idb-fdul.com/>
idbrasileiro@fd.ul.pt

ISSN: 2182-7567

Director: Fernando Araújo; Vice-Directores: Maria João Estorninho, Paula Vaz Freire, José Luis Ramos, Sílvia Alves
Secretária: Maria José Abreu



Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial - SemDerivados 3.0 Portugal.

Índice

Flávia Martins Affonso, "Da Natureza Híbrida do Direito à Saúde e Necessidade de Pluralização do Debate Judicial como Meio de Efetivação desse Direito"	3445
Bruno Caraciolo Ferreira Albuquerque, "Destinação do Lucro Líquido nas Sociedades Anônimas Brasileiras"	3481
Fernando Araújo, "Almeida Garrett e o Constitucionalismo"	3521
Katie Arguello, "O Fenômeno das Drogas como um Problema de Política Criminal"	3581
Marcus Flávio Horta Caldeira, "A «Objetivação» do Recurso Extraordinário"	3607
Roberta Catalano, "Indagini Genetiche, Imputabilità e Libero Arbitrio: Questioni Giurisprudenziali e Nuovi Bisogni di Tutela della Persona"	3643
Orlando Faccini Neto, "Discutindo Decisões Judiciais em Democracia"	3653
Julio Pinheiro Faro & Lícia Bonesi Jardim, "União Estável entre Pessoas do Mesmo Sexo São como Casamentos, com Outro Nome"	3691
Phillip Gil França, "Motivação, Controle e	3731

Nexo Causal entre a Produção do Ato
Administrativo e a Realização do
Concretizável Interesse Público"

Paula Vaz Freire, "A Produção Privada de Bens Públicos"	3755
Luciano Taques Ghignone, "O Fato Gerador da Norma Jurídica à Luz da Análise Econômica do Direito (II)"	3771
Monia Lopes de Souza Ghignone, "As Representações Criminais Anônimas e a Justiça Constitucional (I)"	3837
Frederico Eduardo Zenedin Glitz, "Transferência do Risco Contratual e INCOTERMS: Breve Análise de sua Aplicação pela Jurisprudência Brasileira"	3885
André Reis Lacerda, "As Audiências Públicas como Fator de Legitimação Democrática das Decisões da Justiça Estadual Brasileira em Matéria Ambiental: Necessidade de um Ativismo Verde em Primeiro Grau de Jurisdição"	3945
Maurício Andere von Bruck Lacerda, "O Seguro de Responsabilidade Civil - Aspectos Gerais sobre a Lei Portuguesa do Contrato de Seguro"	4023
Rafael Cavalcanti Lemos, "Coisa Julgada Material menos que Inter Partes na	4069

Extinção da Execução pela Satisfação da
Obrigação no Direito Processual Civil
Brasileiro"

Rolf Madaleno & Bibiana Brum Ohira, 4089
"Sociedade entre Cônjuges: Aplica o do
Artigo 977 do CC/2002  s Sociedades
Simples"

Judith Martins-Costa, "A Concha do 4121
Marisco Abandonada e o *Nomos* (Ou os
Nexos entre Narrar e Normatizar)"

Dalton Santos Morais, "Democracia e 4159
Direitos Fundamentais: Propostas para
uma Jurisdi o Constitucional
Democrática"

Gustavo Teixeira Moris, "Anota es Sobre 4197
o Pedágio - História e Natureza Jurídica"

Caio Henrique Lopes Ramiro & Tiago 4237
Clemente Souza, "Questões Introdutórias
acerca da Argumenta o Jurídica e dos
Critérios Interpretativos para o Julgamento
dos *Hard Cases*"

Vera Lúcia Raposo, "A Responsabilidade 4275
do Produtor por Danos Causados por
Dispositivos Médicos"

Miguel Reale Júnior, "A Culpabilidade e 4341
o Drama de Lord Jim"

Denise dos Santos Vasconcelos Silva, "Controle de Políticas Públicas de Saúde pelo Judiciário"	4369
João Paulo S. de Siqueira, "Direito Romano: Influências no Pensamento Jurídico Latino-Americano"	4381
Theobaldo Spengler Neto, "O Princípio da Ampla Defesa e a Citação Editalícia: Institutos em Conflito"	4397
Raquel Stein, "A Construção da Personalidade como Identidade em Proust"	4431
Laércio Cruz Uliana Junior & Maria Vitória de Siqueira Wuicik, "Ensaio sobre a Responsabilidade Civil do Agente Marítimo"	4463
Rafael Rott de Campos Velho, "Inconstitucionalidade em Matéria Tributária e Modulação de Efeitos com Lastro no Excepcional Interesse Social"	4473
Sandra Regina Martini Vial & Marina Sanches Wunsch, "Direito, Saúde e o Pressuposto da Fraternidade na Sociedade Contemporânea"	4517
Marco Anthony Steveson Villas Boas, "Proteção Ambiental das Reservas Indígenas (II)"	4561